

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP

33/2023

CONTRATANTE (UASG)

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (153033)

OBJETO

Registro de preço para aquisição de máquinas e equipamentos energéticos e máquinas, utensílios e equipamentos diversos

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 27/09/2023 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço **por** item

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
9 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	14
10 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	14
11. DOS RECURSOS	17
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	18
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	20
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	20



**Ministério da Educação
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Pró-Reitoria de Administração
Divisão de Aquisição de Materiais e Serviços**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2023
(SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)
(Processo Administrativo nº 23091.007475/2023-19)**

Torna-se público que a Universidade Federal Rural do Semi-Árido, por meio da Divisão de Aquisição de Materiais e Serviços, sediada na Av. Francisco Mota, 572, CEP: 59.625-000, Costa e Silva, Mossoró/RN, realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de máquinas e equipamentos energéticos e máquinas, utensílios e equipamentos diversos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em 42 itens, conforme relatório dos materiais a serem licitados (Anexo II), facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
 - 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. **Para os itens deste processo, exceto os itens nºs 5, 7, 8, 18, 26, 27, 30, 31 e 41, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

3.6. **Para os itens nºs 5, 7, 8, 18, 26, 27, 30, 31 e 41, a participação é facultada a todas as demais espécies de empresas, inclusive as mencionadas no subitem 3.5.**

3.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.8.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.9. O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12 deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. **Valor unitário e total do item;**

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,1 (um décimo por cento)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.1.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.1.6. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.1.7. empresas brasileiras;

6.18.1.8. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.1.9. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.6.1 e 4.4 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecutibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a execução da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02(duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <<https://sipac.ufersa.edu.br/public/jsp/portal.jsf>>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05(cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail pregao@ufersa.edu.br, através de envio de arquivo em PDF e Word (o arquivo em Word é necessário para que seja possível a disponibilização do requerido no sistema): As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e www.licitacao.ufersa.edu.br/noticias/.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.11.2. ANEXO II – Relatório dos materiais a serem licitados;

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Disponível em arquivo PDF)

ANEXO II

RELATÓRIO DOS MATERIAIS A SEREM LICITADOS

Licitação: 23091.007475/2023-19 - PR 0/0 - UFERSA

Gestora: 1100 - UFERSA

PREGÃO Nº.: 0/2023 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS (5230) E

Assunto: MAQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS(5234) A SEREM DESTINADOS AOS CAMPI DA UFERSA.

Tipo: MATERIAIS

Status: SETOR DE COMPRAS - EM ANALISE - SETOR COMPRAS

LISTA DOS MATERIAIS

Item	Especificação do Material	Unid.	Quant. Interna	Quant. Externa	Quant. Total
------	---------------------------	-------	----------------	----------------	--------------

NÃO ASSOCIADO(S) A LOTE/GRUPO

1	5234000000204	BEBEDOURO ACESSÍVEL EM INOX SEM CONTATO MANUAL	UNIDADE	5	7	12
---	---------------	--	---------	---	---	----

Bebedouro Acessível em Inox SEM contato manual; Acionamento por aproximação; Atende ambientes com até 118 pessoas por dia; Sensor infravermelho de acionamento da água; Acessório antirrespingo para o sensor; Disponibilidade de água filtrada sem a necessidade de energia; Botões com indicação em braille; Gabinete em aço inox com estrutura própria para fixação em parede; Revestimento externo em chapa de aço inox; Isolamento térmico injetado em poliuretano expandido; Evaporadora (Serpentina) interna; Fluido refrigerante ecológico R134a; Motor hermético com tensão 220v de baixo consumo de energia; Regulagem da temperatura da água; Duplo sistema de filtragem, refil PPF5 e refil T33; Retêm partículas de areia, barro, ferrugem, sedimentos, reduzem o cloro e eliminam sabores e odores indesejáveis; Medidas - Volume 1 - Desembalado x Embalado: Altura 50 cm x 65 cm, Largura 46 cm x 55 cm e Profundidade 49 cm x 55 cm. Medidas - Volume 2 - Desembalado x Embalado: Altura 44 cm x 47 cm, Largura 46 cm x 51 cm, Profundidade 9,5 cm x 12 cm; Dados elétricos: Voltagem (V) 220 V, Amperagem (A) 1,77 A, Potência (W) 308,0 W e Consumo (KW/h) 2,140 KW/H; Kit Filtros - PPF-5 x Reter partículas sólidas maiores, como areia ou pedra; T33 x Filtro com carvão ativado, com a função de reduzir o teor de sabores e odores desagradáveis x 6 meses; Filtro incluso; Certificado pelo INMETRO. Garantia 12 meses. Similar ao Bebedouro Acessível Life em Inox Cód.200 SEM contato manual. CATMAT: 486651

Quant. Int.

153033 - UFERSA 5

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 7

2	5234000000205	BEBEDOURO DE COLUNA PARA GARRAÇÃO - 20 LITROS	UNIDADE	5	28	33
---	---------------	---	---------	---	----	----

Características Gerais: Bebedouro refrigerador de coluna para qualquer ambiente, sem precisar de

apoio e ponto de água, com: Gabinete em plástico injetado e chapa eletro zincada pintado na cor branca; Utilização de gás refrigerante ecológico livre de CFC; Pingadeira removível; Cor Branca; Capacidade para garrações de 20 litros; Reservatório e dutos em materiais 100% atóxico; Termostato regulável; Elétrico; Alimentação bivolt; Duas saídas de água, sendo uma para água refrigerada e outra para água na temperatura ambiente; Garantia mínima de 12 (doze) meses e manual em português, com assistência nas capitais; e Comprovação de que objeto economiza Energia Elétrica e não produz ruído acima do estabelecido em lei. Só será admitida a oferta do produto que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, com a indicação do consumo de energia elétrica (kWh/mês), nos termos da Portaria INMETRO nº 344 de 22 de julho de 2014, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória. CATMAT: 472083.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 5

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 12

158375 - INST.FED.DO RN/CAMPUS MACAU 7

152757 - INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ 5

154840 - INST FED RN / CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI 4

3 523400000109 BEBEDOURO INDUSTRIAL - CAPACIDADE 100L UNIDADE 12 9 21

Características Gerais: Bebedouro de água, tipo industrial, com refrigeração; Gabinete em aço inox 430; Protegido com PVC na cor cinza; Reservatório fabricado em polietileno; Capacidade de 100 litros de água gelada; Isolamento EPS; serpentina interna em aço inox 304; Aparador/cuba em aço inox 430; Possuindo 3 Torneiras modelo rosca; compressor; Gás refrigerante R134A (ecológico); Termostato com regulagem e tomada de 3 pinos; Pés reguláveis, flexível/mangueira para escoamento embutida; Peso aproximado de 72 Kg; Dimensões aproximadas (L x A x C): 150 x 80 x 60 cm; Funciona na tensão 220 V; Garantia mínima: 12 meses; Produto certificado pelo INMETRO; Similar à marca Acqua Gelata, modelo PRE100E ou superior. CATMAT: 472083.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 12

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 3

152757 - INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ 2

154840 - INST FED RN / CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI 4

4 3029000000059 CABO SDI 30M PARA VÍDEO DIGITAL UNIDADE 4 14 18

Tipo de cabo: rg6 full cooper; conector: bnc rg6 a prova d'agua; Características técnicas: Cabo Coaxial 75R; Malha trançada envolta em fita de alumínio; Montagem: isolamento com termo retrátil; tipo de solda: soldagem do condutor interno até ponta bcn; Comprimento: 30m; Cor: Preta. CATMAT: 475127.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 4

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 10

152757 - INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ 4

5 523300000135 CAIXA ACÚSTICA ATIVA UNIDADE 6 32 38

Características Gerais: potência 200 W RMS OU SUPERIOR; comunicação Bluetooth; reproduzidor de MP3 via USB e SD Card; visor LCD Dinâmico com controles de arquivos; receptor FM; entradas balanceadas XLR e TRS 1/4"; entradas P2 e RCA; auto Voltagem (100~240Vac) OU 220V; angulação para uso como monitor (L/R); encaixe para pedestal; alto-falante: 12" OU SUPERIOR; Amplificada. Itens inclusos: 01 caixa acústica ativa, 01 cabo AC, 01 controle remoto com pilhas inclusas e 01 manual de instruções e termo de garantia impresso em língua portuguesa do Brasil. Garantia mínima de 12 meses a contar a partir da data de entrega do produto. CATMAT: 603703.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 6

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 26

154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE 1

158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA 3

152757 - INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ 2

6 523300000196 CAIXA ACUSTICA PORTÁTIL AMPLIFICADA UNIDADE 10 29 39

Características Gerais: Caixa acústica portátil: Potência 500 W RMS ou mais. Mobilidade; Entradas para áudio; 02 entradas de 1/4" (P10) para conexões com uso para microfone, guitarra, teclado, dispositivos de áudio com saída RCA (L+R); Porta USB; Controles independentes para caixa de entrada; Alto falante Woofer: 6.0" Woofer ou superior. Tweeter: 1.0" ou superior; Bateria interna recarregável embutida com duração mínima de 04 horas (autonomia – única carga) de acordo com o uso. Indicador de nível de bateria. Tipo de bateria: Recarregável, 12V DC, 5A. Alça para transporte. Alimentação: Bivolt 110/220 V AC manual com chave lacrada ou 220v. ITENS INCLUSOS: 01 cabo de energia para alimentação; Manual do usuário em português. CATMAT: 485465.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 10

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 16

154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE 6

158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA 4

152757 - INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ 3

7 5233000000464 CAIXA DE SOM ATIVA - 500W RMS+ UNIDADE 2 22 24

Características Gerais: Caixa de som ativa Bluetooth, Potência mínima: 500 W RMS, com auto alimentação e falante 15" ou superior, Alto-falante: ativo de 2 vias; Equipado com: woofer de 15" ou superior e tweeter de 1,5" ou superior; Bi-amplificação: woofer + tweeter; Potência: 500 W RMS / 1000 W(pico); Entradas: 2x mic / line; Configurações: 4 predefinições; Conectividade via Bluetooth (O BLUETOOTH PARA CONFIGURAÇÕES DA CAIXA). Alimentação: Bivolt. Acompanha manual em Português, Cabo de energia, Garantia mínima de 12 meses. CATMAT: 602148

Quant. Int.

153033 - UFERSA 2

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 21

152757 - INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ							1
8	5233000000290	CÂMERA EXTERNA SPEED DOME 20X	UNIDADE	3	12	15	
Características Gerais: Câmera externa speed dome 20x. CATMAT: 600430.							
Quant. Int.							
153033 - UFERSA						3	
Quant. Ext.							
158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN						4	
154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE						2	
158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA						2	
154840 - INST FED RN / CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI						4	
9	5234000000207	CARRINHO PARA TRANSPORTE DE LIVROS - 100 KG (AZUL)	UNIDADE	2	5	7	
Características Gerais: Carrinho para transporte de livros; Totalmente confeccionado em chapa de aço de baixo teor de carbono, sem arestas cortantes e rebarbas, com acabamento pelo sistema de tratamento químico da chapa (antiferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó, com camada mínima de tinta de 70 micras. Sendo: 02 (duas) estruturas tubulares em aço 20x20mm com parede de 1,20mm de espessura; semifechadas com chapa no 16 (1,5mm) com 09 fendas de 2,8 cm de altura por 10,5 cm de largura cada. 03 (três) níveis de bandejas confeccionadas em chapa no 20 (0,90mm), sendo duas superiores inclinadas com divisória central e 01 (uma) inferior plana, medindo 490mm de largura e 490mm de comprimento, unidas a estrutura do carrinho através de solda. 02 (dois) suportes para rodas confeccionados em chapa no 16 (1,50mm), com 04 (quatro) rodízios giratórios com roda de 3" de diâmetro. Capacidade total de carga: 100kg. Dimensões: altura: 105 cm, largura: 53 cm, comprimento: 53 cm. CATMAT: 486437							
Quant. Int.							
153033 - UFERSA						2	
Quant. Ext.							
158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN						4	
152757 - INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ						1	
10	5234000000010	CARRINHO TRANSPORTE	UNIDADE	1	28	29	
CARRO CARGA, MATERIAL TUBO EM AÇO, TIPO VERTICAL, CAPACIDADE 200KG, COR CINZA COMPRIMENTO 0,36M, LARG 0,24M ALT 1,15M APLICAÇÃO TRANSPORTE DE MATERIAIS COM 02 RODAS PNEUMATICAS(COM CAMARA DE AR) MEDINDO 3,25/8.00-8 EM EIXO FIXO. CATMAT: 486335.							
Quant. Int.							
153033 - UFERSA						1	
Quant. Ext.							
158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN						25	
154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE						1	
152757 - INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ						2	
11	5230000000049	COLETOR SOLAR	UNIDADE	4	3	7	
Coletor solar (Placa solar)							

Chapa absorvedora em alumínio enegrecido, serpentina em cobre, caixa em perfil de alumínio, isolamento térmico, vidro vedado com silicone, com dimensões de pelo menos 0,8 m2, contendo manual de instruções em português. CATMAT: 38377.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 4

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 3

12 5202000000003 DRONE PORTÁTIL COM CÂMERA PARA FOTO E VÍDEO UNIDADE 1 1 2

Drone com câmera para foto e vídeo; Câmera com 12 MP ou superior; Sensor da câmera tecnologia CMOS ou CCD; Tamanho do sensor 1" ou superior; Vídeo em 4k; Distância máxima de transmissão: 8 km ou superior; Duração de voo: 20 min ou superior; Resistência ao vento de 10 m/s ou superior; Sistema global de navegação por satélite: GPS ou complementado por outros sistemas; Sensor de obstáculo; Sistema de estabilização de voo; Qualidade de visualização ao vivo: 1080p a 30fps ou superior. Acompanhado de 02 baterias de voos. Acompanhado de controle remoto com tela ou com transmissão em tela acessória. Acompanhado de 1x bolsa de transporte. Garantia mínima de 12 meses. CATMAT: 600919.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 1

Quant. Ext.

154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE 1

13 5230000000040 ESTABILIZADOR DE TENSÃO 600 VA UNIDADE 40 5 45

Estabilizador de 600 VA, entrada: Tensão Nominal 115-127/220v, preferencialmente com seleção automática de tensão. Variação de regulação de no mínimo 6%. Frequência Nominal 60 (±3) Hertz. Fusível de entrada compatível com a corrente de operação (preferencialmente rearmável, sem necessidade de substituição após acionamento). Saída: Tensão Nominal 115v. Potência Máxima 600va (quando a entrada for 220v). Interfaces: Entrada: cabo com pelo menos 0,8m e conector compatível com Plug tipo NEMA 5/15 - NBR 6147. Saídas pelo menos 4 compatíveis com o padrão NEMA 5/15 - NBR 14136. Compartimento para substituição de fusíveis sem necessidade de abertura do equipamento (em caso de modelos com necessidade de troca de fusível após acionamento). Outros requisitos: Compatível com a norma NBR 14136; Proteção contra sobreaquecimento. Proteção contra sub/sobretensão. Proteção contra picos de tensão. Leds indicativos da condição de trabalho no painel frontal. Chave liga/desliga posicionados de forma integrada ao corpo do equipamento de forma a evitar desligamento acidental. Manuais Impressos em Português. MODELO EXS II POWER T 600. CATMAT: 426099.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 40

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 5

14 5230000000019 FONTE DE TENSÃO DIGITALSIMETRICA DE BANCADA UNIDADE 4 8 12

FONTE DE TENSÃO DIGITALSIMETRICA DE BANCADA, COM DOIS DISPLAY TPO LED U TIPO LCD 3 1/2 DIGITOS DE 3 DIGITOS (TENSÃO E CORRENTE), COM MODOS DE OPERAÇÃO TENSÃO CONSTANTE OU

CORRENTE CONSTANTE, LIMITE DE TENSÃO/CORRENTE 30V/3A, ALIMENTAÇÃO 220V/60HZ, TENSÃO DE SAÍDA DE ZERO A 30 V CONTINUIDADE AJUSTÁVEL, CORRENTE DE SAÍDA DE ZERO A 3A CONTINUAMENTE AJUSTÁVEL, AJUSTE GROSSO, E FINO TENSÃO COM PARA CORRENTE, ISOLAÇÃO ENTRE O CHASSIS E OS TERMINAIS DE SAÍDA E ENTRADA E ENTRE OS CHASSIS E O CABO DE ALIMENTAÇÃO >20M OHM (500VDC), PROTEÇÃO DE SOBRECARGA E INVERSÃO DE POLARIDADE, CONTENDO NO MÍNIMO OS SEGUINTE ACESSÓRIOS: CABO DE CONEXÃO, CABO DE ALIMENTAÇÃO, MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS. CATMAT: 483856.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 4

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 2

154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE 4

152757 - INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ 2

15 523400000062 FURADEIRA DE IMPACTO PROFISSIONAL UNIDADE 1 14 15
C/ MALETA

Características Gerais: Furadeira de impacto profissional com maleta de transporte. Características técnicas: Potência 700 watts; Rotação sem carga 0 – 3.000 min⁻¹; Mandril 1/2" – 13 mm (com chave); Capacidade de perfuração: concreto 16 mm Ø aço 13 mm Ø madeira 30 mm Ø; Peso aproximado: 1,8 kg; Tensão: 220 V; Garantia do fabricante de 12 meses; Interruptor eletrônico com pré-seleção de velocidade e comutador de sentido de giro; Botão-trava para trabalhos contínuos; Punho emborrachado tipo "Soft Grip". Acompanham Empunhadora auxiliar, chave de mandril, limitador de profundidade, maleta de transporte. Similar a Bosch, modelo GSB 16 RE Professional. CATMAT: 600708.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 1

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 12

158375 - INST.FED.DO RN/CAMPUS MACAU 1

152757 - INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ 1

16 523400000063 FURADEIRA DE IMPACTO/PARAFUSADEIRA UNID 5 19 24
PROFISSIONAL A BATERIA

Furadeira de impacto/parafusadeira profissional a bateria. Características técnicas: Voltagem: 18 V; Nº de rotações sem carga 0 – 500 / 1.600 min⁻¹; Máx. capacidade de perfuração: aço 13 mm - madeira 32 mm - Máx. Ø de parafusos 8 mm - Máx. torque duro / leve 56 / 18 Nm; Mandril sem chave 1/2" – 13 mm Autolock; Peso aproximado (com bateria): 1,6 kg; Bateria 1.3 Ah LI; Tensão: 220 V; Garantia do fabricante de 12 meses. Acompanham 1 carregador multi-charger de 60' AL 1820 CV, 2 baterias 18 V-LI Compact 1.3 Ah, maleta de transporte. Similar a Bosch, modelo GSR 18 V-LI Professional. CATMAT: 344680.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 5

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 15

158375 - INST.FED.DO RN/CAMPUS MACAU 1

154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE	2
152757 - INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ	1

17 523300000099 GRAVADOR DE VOZ DIGITAL UNIDADE 8 5 13

Características Gerais: Gravador de som - hand-held (Portátil), gravador digital de áudio estéreo; display lcd 1,25" ou superior; métodos gravação e leitura: cartão MicroSD ou MicroSDHC, taxa de bits de gravação wav: 16 e 24-bits ou mp3: 32-320 kbps; frequência de amostragem wav: 44.1, 48 ou 96khz ou mp3: 44,1 e 48khz, número de canais 2 ou mais; conectores: 1 entrada de alimentação, 1 x 3,5 milímetros mic / linha de entrada; 1 x 3,5 milímetros fone de ouvido / saída de linha; 1 x porta mini usb; microfone condensador estéreo, alto-falante 0.5w ou mais. CATMAT: 600382.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 8

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 5

18 5233000000402 GRAVADOR DIGITAL - DVR 16 CANAIS UNIDADE 50 4 54

Características Gerais: Gravador Digital - DVR 16 canais. Gravação de todos os canais em 720p, 1080p ou resolução superior. Saídas de vídeo VGA, HDMI ou tecnologia superior; Inteligência artificial, reconhecimento de movimento e detecção de face; Armazenamento: Suporta HD/SSD SATA de 10 TB ou tecnologia superior, CATMAT: 461530

Quant. Int.

153033 - UFERSA 50

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 4

19 5233000000198 KIT RÁDIO COMUNICADOR UNIDADE 10 16 26

Características Gerais: Kit com 02 rádios comunicadores: Visor em LCD ou tecnologia superior; Chamada alerta; 22 canais diferentes ou mais nas bandas FRS/GMRS; Combinação de canais em 120 códigos de privacidade ou mais (CTCSS / DCS); Entrada para fone de ouvido e microfone; 10 ou mais canais para armazenamento de canais/códigos mais utilizados. Alcance de frequência superior a 40 km para áreas livres de obstáculos em linha reta. Não necessita de autorização para uso (aparelho amador). Itens inclusos: 02 rádios de comunicação; 02 baterias recarregáveis NI-MH (inclusas); 01 fonte de alimentação bivolt (110-220v) ou 220v para recarga da bateria; Manual do usuário em português. CATMAT: 272728.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 10

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 6

158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA 10

20 5233000000209 KIT TRIPÉ VÍDEO PROFISSIONAL (CABEÇA, NIVELADOR E PERNAS) KIT 1 2 3

Características Gerais: Kit TRIPÉ Vídeo Profissional; Composto por Cabeça, Esfera ou Bolha Nivelamento e Pernas. Cabeça: Capacidade de carga da cabeça: 5 kg ou mais, Material: Liga de alumínio. Esfera ou Bolha de nivelamento: para meia esfera de 75 mm ou 60mm (com adaptador

fornecido), Contrapeso: Pré-definido para 2,4 kg; Liberação Rápida do Prato; Faixa de inclinação: -70 ° / + 90 °; Arrasto de tilt; bloqueio de Tilt; Arraste de Pan: fixo; Bloqueio de Pan; Faixa de Pan:360°; Barra de Pan: mínimo uma; Nivelamento de bolha; Faixa de temperatura: -20° a 60°C; altura aproximada: 12 cm; peso aproximado 1 kg. Pernas do tripé: Material de Construção: Alumínio; Estágios: 2; Tipo de bloqueio de perna: Giro; pés: Borracha; Capacidade de carga mínima: 7 kg; Altura mínima aproximada: 55 cm; Altura máxima aproximada: 145 cm; Cabeça Fluida + Tripé: Capacidade de carga aproximada: 5 kg; Altura mínima aproximada: 65cm; Altura máxima aproximada: 155 cm. CATMAT: 482130.

Quant. Int.

153033 - UFERSA

1

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN

2

21 523400000112 MAQUINA POLITRIZ-LIXADEIRA METALOGRAFICA DE BANCADA UNIDADE 1 2 3

Politriz lixadeira metalográfica (desbastadora metalográfica) com pintura resistente à corrosão, velocidade mínima de 600rpm e profundidade máxima 650mm. Equipada com: (1) Controle de velocidade do prato; (2) Pratos intercambiáveis; (3) Sistema de irrigação de água com controle de vazão; (4) Suporte para disco de lixamento e polimento; (5) Sistema de proteção contra curto-circuito; (6) Acessórios mínimos para seu funcionamento; (7) Botão de parada de emergência, padrão ABNT; (8) Garantia mínima de 12 meses. (9) Manual em português. Alimentação:220V. Deverá atender as normas NR09, NR10, NR 12, NR15, NR17 e ISO14000. CATMAT: 601780.

Quant. Int.

153033 - UFERSA

1

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN

2

22 5234000000214 MEDIDOR DE RACHADURA/FISSURAS UNIDADE 30 4 34

Características Gerais: Medidor de fissuras 2d; Com duas placas acrílicas, que se sobrepõem-se em suas escalas e marcações; Placa superior transparente e marcada com um cursor em forma de cruz; A ser fixado em qualquer superfície utilizando-se parafusos ou qualquer substrato adesivo; Dimensões: horizontal (-20mm a +20mm); vertical (-10mm a +10mm). CATMAT: 602166.

Quant. Int.

153033 - UFERSA

30

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN

2

154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE

2

23 523300000110 MESA DE SOM - 8 CANAIS UNIDADE 1 7 8

Características Gerais: Mesa de som com mixer analógico de no mínimo 8 canais/vias (reais) independentes com PFL; com 01 entrada balanceadas XLR e 01 entrada P10 por canal; controles de equalização, ganho e volume individuais por canal; conexão USB, saídas: MASTER L/R balanceadas com conectores XLR, fone de ouvido, monitor, auxiliares, retornos. Entrada: XLR balanceadas, P10, auxiliar L/R, USB. Painel de visualização de níveis de volume geral e PFL dos canais. Controle geral de volumes e de efeitos. Itens inclusos: 01 mesa de som; 01 cabo USB; 01 manual de instruções e termo de garantia impresso em língua portuguesa do Brasil. Garantia mínima de 12 meses a contar a partir

da data de entrega do produto. CATMAT: 229196

Quant. Int.

153033 - UFERSA 1

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 3

158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA 3

152757 - INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ 1

24 5233000000301 MICROFONE DE BASTÃO DINÂMICO COM FIO UNIDADE 5 19 24

Características Gerais: Microfone de mão dinâmico com fio; Cabo substituível, Com chave; Faixa de Impedância aproximada: 150 a 600 Ohm (at 1Khz); Tipo: dinâmico; Padrão polar cardioide; Resposta de frequência: 50 a 15 KHz; Acompanha: Cabo 4,5m XLR/p10 ou maior ; Bolsa para transporte. CATMAT: 366423.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 5

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 8

154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE 3

158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA 3

152757 - INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ 5

25 5233000000465 MICROFONE DINÂMICO SEM FIO DUPLO UNIDADE 2 18 20

Características Gerais: Sistema de microfone duplo sem fio. Tipo: Bastão dinâmico; Resposta Frequência: entre 30 Hz e 20.000 Hz ou superior; Funcionam com pilhas ou baterias, Conexões: XLR Balanceado e P10; Display LCD ou Led que identifique canal / frequência; Controle individual de volume e frequência para cada microfone; Alcance mínimo: 50m; Relação sinal x ruído: 95db ou mais; Itens inclusos: 01 (uma) Base receptora, 02 (dois) Microfones sem fio, Antenas, 01 (um) Cabo de conexão na mesa ou caixa de som, 01 (uma) fonte de Alimentação, Manual de instrução em português. CATMAT: 387905.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 2

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 10

154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE 3

158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA 3

152757 - INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ 2

26 5230000000081 NOBREAK - 1200 VA UNIDADE 4 123 127

Características Gerais: Nobreak ; 1200 VA; Tensão de entrada nominal: 120V/220V automático; Potência de saída nominal contínua: 1200VA/500W; Tensão de operação: 24V; Comprimento do cabo AC: 1,5m com Plugue Padrão NBR 14136; Peso aproximado: 11,85Kg; Dimensões: 323 x 117 x 185 [mm]. CATMAT: 363052.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 4

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	117
154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE	6

27 5230000000077 NOBREAK 10000VA UNIDADE 1 11 12

Características Gerais: No-break; Potência: 10.000 KVA; Conexão de saída: Borneira; Bateria: 20 x 9h Selada; Com expansão de bateria; Dimensões aproximadas (C x L x A): 720 x 270 x 670 mm; Peso aproximado: 136 kg. Similar ao modelo No-break Expert C on line. CATMAT:415840

Quant. Int.

153033 - UFERSA	1
-----------------	---

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	8
158375 - INST.FED.DO RN/CAMPUS MACAU	1
158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA	2

28 5230000000033 NOBREAK 700VA UNIDADE 1 20 21

Tensão de entrada Nominal 115/127/220v,com seleção automática de tensão; Tensão de saída 115V; Proteção contra sobreaquecimento,sub/sobretensão, picos; Alarmes áudio-visuais(leds e sonorização); Frequência nominal 115+ 5v; Forma de onda do inversor sendo soidal pura; Chave liga/desliga; posicionados de forma integrada ao corpo do equipamento de forma a evitar desligamento acidental; 01(uma) bateria interna de 12v e pelo menos 7Ah; Cabo com pelo menos 1,0 m; Fusível de entrada compatível com a corrente de operação; Filtro de linha interno; Fator de potência 0,7. Garantia Mínima de 12 meses a partir da data de recebimento do produto. CATMAT: 329777.

Quant. Int.

153033 - UFERSA	1
-----------------	---

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	10
154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE	10

29 5233000000111 PEDESTAL DE CAIXA UNIDADE 2 40 42

Características Gerais: Pedestal estilo tripé para caixa acústica fabricado em aço; pintura eletrostática na cor preta; tripé reforçado para caixas acústicas; capacidade mínima de peso suportado 50 kg; regulagem de altura com trava, altura mínima de 90cm, altura máxima 2m; permite rotação da caixa de som; pés antiderrapantes; acessórios: copo plástico para caixa acústica e pino trava. Garantia mínima de 12 meses a contar a partir da data de entrega do produto. CATMAT: 602415.

Quant. Int.

153033 - UFERSA	2
-----------------	---

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	20
154840 - INST FED RN / CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI	20

30 5234000000180 PLATAFORMA ELEVATÓRIA ARTICULADA UNIDADE 1 0 1

Plataforma elevatória articulada: Altura da plataforma de 13,72m e alcance horizontal de 7,7m; Capacidade de 277 kg. Peso bruto de 6.532 kg. Alimentação por sistema elétrico de 48V DC, com

bateria de 8 x 6V 370 amp/hr; motor de deslocamento com dupla tração elétrica. Pressão exercida sobre o solo de 75 psi. Similar ao modelo E450AJ da JLG. CATMAT: 47279.

Quant. Int.

153033 - UFERSA

1

31 5233000000308 PROJETOR MULTIMÍDIA ALTA RESOLUÇÃO UNIDADE 35 33 68

Características Gerais: Projetor Multimídia; Método de projeção: Montagem frontal / retroprojeção / pendurado do teto; 3.400 lumens ou superior; Razão de aspecto: 4:3; Resolução nativa: 1024 x 768 (XGA) ou superior; Lâmpada: 200W ou superior; Alcance de razão de projeção aproximado – mínimo de 0,9m, máxima superior a 8m; Correção de efeito trapézio: Vertical / Horizontal. Plug 'n Play USB: Projeta áudio e vídeo compatíveis com PC e Mac; Conexões multimídia, USB-B, VGA, HDMI, áudio e vídeo RCA. Razão de contraste: 15.000:1 ou superior; Reprodução de cor: 1 bilhão de cores ou mais; Frequência nominal: 50/60 Hz; Fonte de energia: 100 - 240 VAC ±10%, 50 / 60Hz AC; Acompanha: Projetor multimídia; Controle remoto com pilhas ou bateria; Cabo de alimentação; Cabo VGA; Manual em Português.. CATMAT: 376015.

Quant. Int.

153033 - UFERSA

35

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN

21

154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE

5

152757 - INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ

7

32 5234000000100 ROBÔ EDUCACIONAL UNID 8 4 12

Robô educacional composto por 612 a 619 peças, microprocessador de 32 bits com memória flash, software compatível com programação em NXC, MATLAB/SIMULINK e LABVIEW, display de tabela de ponto, alto-falante com som real, interface digital com fio integrado aos sensores inteligentes e a componentes secundários, 4 portas receptoras para os sensores, e 3 portas emissoras para os motores, comunicação via Bluetooth e USB, 2 sensores de toque, reage ao toque ou liberdade, 1 sensor de som, reage a comandos de som, 1 sensor de luz, detecta diferentes cores e intensidade de luz e funcionando também como uma lâmpada, brilhando em vermelho, verde e azul, 1 sensor ultra sônico, percebe movimentos e detecta objetos, 3 interativos servo-motores com sensor de rotação interno que pode medir os graus de um passo, certificado pelo IMETRO. CATMAT: 440634.

Quant. Int.

153033 - UFERSA

8

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN

4

33 5233000000447 SCANNER PLANETÁRIO PORTÁTIL UNIDADE 1 3 4

Características Gerais: Scanner Planetário Portátil; Modos de digitalização: Preto e Branco, Cores, monocromático (cor, escala de cinza); Ciclo diário (folhas/dia): 800 paginas ou mais; Sensor de imagem: CMOS ou CCD; Resolução 300 dpi ou superior dependendo do modo de captura; Velocidade de digitalização por página: Máximo de 3 segundos. Tamanhos máximos de documentos suportados: A3 (paisagem); Fonte de iluminação própria para iluminação do documento; Formatos gerados após digitalização: JPEG , PDF ou mais formatos; Interface conectividade: USB 2.0 ou superior; compatível com Sistema Windows, Mac ou Linux; Alimentação Bivolt (100 a 240 V, 50 / 60 Hz) ou 220v;

Equipamento deve acompanhar cabo de alimentação, cabo de conexão e manual de usuário em Português. Garantia: 1 Ano. CATMAT: 603709.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 1

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 1

154840 - INST FED RN / CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI 2

34 523400000097 SISTEMA DE IRRIGAÇÃO POR GOTEJAMENTO COMPLETO KIT 2 12 14

Sistema de irrigação por gotejamento completo. 500m2, Semelhante ao kit de irrigação familiar por gotejamento Kifnet - 1000m2 CATMAT: 468807.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 2

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 12

35 5233000000462 SUPORTE - ADAPTADOR - EXTENSÃO PARA ACESSÓRIOS EM TRIPÉ (SAPATA UNIVERSAL) UNIDADE 15 17 32

Extensão/Suporte/Adaptador para acessórios em tripé. Possui sapata universal, pode ser usado como uma barra de extensão para adicionar acessórios ao tripé, tais como Gimbal portátil ou para instalar microfone e iluminação para vídeo ou foto ao mesmo tempo. Feito de material de metal de alta qualidade. CATMAT: 251797.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 15

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 5

154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE 5

152757 - INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ 7

36 523400000108 SUPORTE PARA TV AJUSTAVEL UNID 1 54 55

Suporte para tv ajustavel. CATMAT: 301471.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 1

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 19

158375 - INST.FED.DO RN/CAMPUS MACAU 20

154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE 8

158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA 7

37 5234000000160 TENDA GAZEBO DOBRÁVEL UNIDADE 2 20 22

Características Gerais: Tenda Gazebo Dobrável; Tenda para festas e evento; Cobertura em poliéster oxford reforçado com PVC e impermeável, com revestimento interno em silver coating de 3,0 m x 6

m Reta; Acompanha acessórios de fixação como, estacas, cordinhas, exclusivo sistema de ancoragem (discos); Pés em alumínio e tubos reforçados com revestimento esmaltado; Acompanha sacola com rodinhas para transporte e kit fixação; Sistema de escoamento de água nas laterais 6,0 m x 3,0 m x 3,0 m de altura; Com proteção Anti UV 50+; Material Sobreteto: 600x300 Poliéster Oxford 250g/m2 reforçado com PVC; Medidas pé direito lateral (aproximada): 2 metros; Altura: 3,00 Metros; Largura: 6,00 Metros; Profundidade: 2,60 Metros; Peso: 48,00 Quilos. CATMAT: 394694.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 2

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 10

158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA 4

154840 - INST FED RN / CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI 6

38 523400000058 TRANSPALETE HIDRÁULICO UNID 4 0 4

Transpaleta hidráulica 2.200 Kg. Carrinho hidráulico com capacidade de carga mínima de 2.200 Kg, com rodas dupla (tandem) de nylon. Comprimento útil dos garfos 1.150mm. Largura externa dos garfos 530mm. Comprimento total 1.510mm. Altura total 1.200mm. Altura garfos elevados 200mm. Altura garfos Altura garfos abaixados 80mm. Roda direcional 170x50mm com rolamento de blindagem dupla. Rodagem carga simples. Roda simples 75x100mm com rolamento de blindagem dupla.Largura 530mm. Similar ao modelo TM2220RS-EN da Palettrans. CATMAT: 452527.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 4

39 5234000000148 TRELIÇA PARA MEDIDA DE PAVIMENTO UNIDADE 2 0 2

Características Gerais: Treliza para medição de afundamento em trilhas de rodas de pavimentos. Construída em alumínio, com escala graduada em aço inox. Peso aproximado de 3 kg. Conforme dnit 007/2003-pro. Utilizado para determinar o afundamento em trilhas de rodas de pavimentos. Obs: similar ao modelo 1.250.100 da marca solotest. Garantia mínima de 1 ano à partir do recebimento. CATMAT: 443028.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 2

40 523300000096 TRIPÉ PARA CAMERA 66" ALUMÍNIO UNIDADE 20 6 26

CCaracterísticas Gerais: Tripé para câmeras de pequeno e médio porte não profissionais, fabricado em alumínio – Com sapata universal compatível com a maioria das Câmeras Digitais, Convencionais, DSLR e Webcams com conector para tripé. Montagem e desmontagem rápida; suporta equipamentos de 2,5kg ou mais; cabeça com 3 posições ajustáveis; nivelador de bolha,, coluna central com ajuste manual de altura; haste Central com trava, gancho e empunhadura para transporte manual; braço longo para rotação da base da câmera; pés emborrachados com inclinação ajustáveis; altura estendido 160cm ou mais. CATMAT: 482130.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 20

Quant. Ext.

154582 - INST FED RN / CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE 6

41 5233000000280 TV - 55" UNIDADE 13 29 42

Características Gerais: TV; Imagem/Tela: 55". Formato Tela: 16:9 ou 21:9; Resolução De Imagem: 3840 x 2160 ou superior. Controle remoto. Tv Digital: Dtv, Dtv. Áudio/Video: Sistema De Som: 20 W Rms ou mais. Conexões: Entradas Hdmi, USB. Conexões Wireless: Dual Band, Wi-Fi Direct, Wi-Fi 11n 2x2 Integrado. Outras Conexões: Antena Tipo F, Ethernet Lan Rj-45, Saída De Áudio Digital (Óptica), Entrada De Áudio E/D, Entrada De Áudio (Dvi), Saída Para Fone De Ouvido. Sistema operacional que suporte loja de Aplicativos Para Smart tv. Firmware Atualizável: Assistente De Atualização Automática Do Firmware, Firmware Atualizável Via Usb, Atualização Online Do Firmware. Especificações Técnicas: Alimentação bivolt: 100-240V AC 50/60Hz; Recursos De Economia De Energia: Timer De Desligamento. Acompanhada controle remoto, manual de operação em português. CATMAT: 480490.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 13

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 20

158375 - INST.FED.DO RN/CAMPUS MACAU 4

152757 - INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ 2

154840 - INST FED RN / CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI 3

42 5234000000157 VENTILADOR DE PAREDE 65 CM UNIDADE 30 33 63

Características Gerais: Ventilador de parede; Cor e acabamento: Branco Grade em Pintura Epóxi Branca; Diâmetro: 65 cm; Comprimento: 70 cm; Tensão: 220 V; Potência: 160 W; Rotação: de 600 a 1500 RPM; Ruído: 72 dBA; Frequência: 60 Hz. CATMAT: 453611.

Quant. Int.

153033 - UFERSA 30

Quant. Ext.

158155 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN 20

158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA 5

154840 - INST FED RN / CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI 8

ANEXO III



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS**

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2023

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, com sede na Avenida Francisco Mota, 572 - Costa e Silva, CEP: 59.625-900, na cidade de Mossoró/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 24.529.265/0001-40, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 20..., publicada no DOU de de de 20..., portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ____/2023, publicada no DOU de ____/____/2023, processo administrativo n.º 23091.____/2023-__, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de, especificado(s) no(s) itens constantes no Relatório dos materiais a serem licitados, anexo II do edital de Pregão nº xx/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR	VALOR
------	---------------	---------	------------	-------	-------

				UNITÁRIO	TOTAL
Valor total da Ata:					

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata, quando for o caso.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA.

3.2. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.9. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a

disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

5.8. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.10. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.10.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.11. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitem, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

5.13.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.13.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.14. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.2. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.1. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.2. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.3. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.5. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.6. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2.1 e no item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.7. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.1.1. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Mossoró/RN, xx de xxxxxx de 2023.

Representante legal do órgão gerenciador

Diretor da Divisão de Aquisição de Materiais e Serviços

Representante legal do fornecedor registrado

Assinatura e carimbo do responsável

ANEXO

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação o	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantida de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade